



Universidades Lusíada

Aguiar, José

Identidade e conservação do património urbano

<http://hdl.handle.net/11067/699>

Metadados

Data de Publicação	2001
Resumo	Sumário: 1. Conservação, imagem e identidades urbanas, p. 147 2. Alguns problemas ligados à perda da identidade na cidade histórica, p. 150 3. Vantagens de salvaguarda da cidade histórica, ou a identidade como factor de desenvolvimento, p. 152 4. Planeamento, projecto e conservação da identidade urbana, p. 154 5. Conservação, projecto de arquitectura e o problema da autenticidade, p. 157 6. Perversões à teoria da conservação, p. 161 6.1. A reabilitação que é renovação, o excesso de projec...
Palavras Chave	Arquitectura - Conservação e restauro
Tipo	article
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ULL-FAA] LA, n. 1 (2001)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-11-14T20:14:12Z com informação proveniente do Repositório

IDENTIDADE E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO URBANO¹

JOSÉ AGUIAR

*Doutor em Conservação do Património,
Universidade de Évora*



Porto, Ribeira-Barredo área urbana inscrita na lista do património mundial da UNESCO, condenada nos anos 50 à demolição (plano da década de 50 para renovação da área Ribeira-Barredo).

1. CONSERVAÇÃO, IMAGEM E IDENTIDADE URBANAS

O nosso interesse pelo passado alargou-se substancialmente; hoje admiramos o passado longínquo mas também o próximo. Como na gastronomia, absorvemos avidamente os aspectos tangíveis da memória cultural. Paralelamente, o interesse pela conservação evoluiu da atenção museológica e colecionista de elites esclarecidas, para se tornar uma preocupação comum a qualquer cidadão. Estes desenvolvimentos requerem novas interpretações daquilo que constitui património, de como este se conserva e se reutiliza, modificando os paradigmas disciplinares da conservação patrimonial.²

A relação do planeamento com os “centros históricos” necessita de ser encarada como um processo particularmente dinâmico, onde se gere uma permanente relação dialéctica entre os valores absolutos a preservar, nas diferentes qualificações físicas do edificado, e as funções/actividades necessárias ao lado “utilitário” da cidade. O grande problema operacional está precisamente no estabelecimento das condições em que se processa a reutilização patrimonial,

garantindo a continuidade desses diferentes valores da cidade (dos memoriais aos utilitários) e, ao mesmo tempo, a conservação material dos seus edifícios³, e tudo isto num momento cultural relativamente confuso, marcado por complexas mudanças, eventualmente até civilizacionais.

Nos nossos dias, o território das políticas de requalificação estende-se a todas as partes da cidade. Como defende Françoise Choay⁴, hoje já não se trata só de salvar as cidades histórico-monumentais de primeira instância, importa também salvar da prometida «modernização» – entendida aqui como uma operação intrusiva e substitutiva, integrada numa lógica especulativa de maximização dos lucros pela maximização das possibilidades de ocupação do espaço – os tecidos quase banais dos finais do século XIX (Campo de Ourique, por exemplo) e da primeira metade do século XX (a cidade tardo-eclética de Barry Parker, no Porto, o Bairro das Colónias e do Arco do Cego e já agora também Alvalade, em Lisboa).

A expansão suburbana das nossas cidades foi, durante décadas, o resultado de uma cultura predadora, concentrada na obtenção de mais valias de natureza quase exclusivamente económica e funcional. Essa cultura, despreocupada com a especificidade dos lugares, promoveu universalmente os seus modelos abstractos. O «não lugar» multiplicou-se e ocupa hoje, extensivamente, o espaço das expansões urbanas resultantes do último fôlego da civilização industrial, entre o pós-guerra e o início do paradigma ecológico. A perda da identidade atingiu também a cidade antiga, os núcleos históricos semi-abandonados, que, – depois da II Grande Guerra, receberam primeiro as atenções da *renovação* e, mais tarde, de uma muito discutível *reabilitação urbana* –, acolhem hoje uma terrível pressão transformadora, que gradualmente também os conduz para a lógica do «não-lugar».

A sociedade moderna, aparentemente democrática mas impressionantemente globalizante, parece revelar, no urbanismo e na arquitectura, um grande esforço redutor (ou mesmo opositor), da expressão das diferenças, conduzindo à reprodução de modelos similares em contextos geográficos fortemente diferenciados. Esta lógica invadiu, também, a chamada “reabilitação” do património urbano.

Sabe-se que existe um estreito cruzamento estreito entre a problemática da memória e a da identidade. Segundo o filósofo Paul Ricoeur, à fragilidade da memória corresponde sempre uma fragilidade na identidade, já que a constituição da identidade no (e ao longo do) tempo é sempre delicada⁵. Demasi-

ada memória pode conduzir ao abuso da memória, pouca memória pode conduzir ao abuso do esquecimento, ao apagamento da história.

As dificuldades aumentam quando percebemos que as relações da memória com a história não são estáveis (resultando numa fragilidade da memória), nem fixas, colocando problemas de avaliação da veracidade (ou fidelidade histórica) que condicionam a possibilidade do seu uso pragmático em projecto⁶.

As principais razões da fragilidade da identidade encontram-se, ainda segundo Ricoeur, na seguinte ordem de razões: (i) a primeira e maior dificuldade, estabelece-se na difícil relação da identidade com o tempo, ou contra o tempo (no gradual apagamento dos traços identitários), o que obriga ao recurso da memória, enquanto componente temporal da identidade, a qual se conjuga com a avaliação do presente e a projecção de um possível futuro⁷; (ii) uma segunda dificuldade encontra-se no clássico confronto com o «outro», sobretudo quando este se entende como uma ameaça⁸.

O conceito de identidade é tradicionalmente relacionado com um processo de historicidade. Sempre se entendeu como mais valioso e rico de identidade o património construído que já tem história, que já foi objecto da atenção da história, que sofreu toda uma capitalização de olhares e atenções que exigem tempo⁹. Sempre se verificou também uma espécie de recusa do valor de identidade a tudo o que ainda não foi sujeito ao mesmo processo histórico, ao que ainda é demasiado contemporâneo, ao que, não tendo o suficiente tempo, ainda não apela às emoções da saudade, acedendo à valorização do crivo da história.

Repare-se, como exemplo, na fortíssima oposição dos intelectuais do século XIX às intervenções de Haussmann em Paris, assim como na denúncia romântica da cidade expansiva de oitocentos, a qual já está hoje não só pacificamente aceite como até, por vezes e por alguns, se sublima como o auge de uma civilização urbana. Podemos, então, relacionar alguns dos fenómenos da perda de identidade como uma manifestação de um processo histórico desequilibrado, provavelmente provocado pela excessiva rapidez das transformações do quadro construído, tal como sucedeu no início, no auge da revolução industrial e depois da II Guerra Mundial.

Daqui decorre a hipótese, levantada por Lo Piccolo¹⁰, de que a identidade

dos lugares urbanos depende directamente da frequência, do ritmo e da velocidade, mais ou menos acentuada, das mudanças. A manutenção ou a permanência de identidades reconhecíveis seria eventualmente impossível onde as mudanças são demasiado frequentes, onde as transformações se processam de forma demasiado rápida, onde a velocidade da mudança é excessiva. As questões da identidade da cidade histórica estariam, então, fundamentalmente ligadas ao factor tempo, ou seja, às formas, mais lentas ou mais rápidas, como a transformação da identidade (e da memória) que ocorrem ao longo do tempo. Nesta linha de raciocínio podemos concluir que variações demasiado rápidas (ou demasiado frequentes), na arquitectura da cidade histórica podem afectar decisivamente o sentido de pertença a esse lugar, afectando a fundamental necessidade humana de um *stabilitas loci*, tal como foi teorizada por Norberg-Schultz¹¹.

Mas se o papel da cidade (assim como as suas vocações e capacidades) muda no tempo, então a ideia de identidade é também a de um conceito evolutivo. Fixá-lo, congelá-lo, através de um conceito de conservação demasiadamente estrito, por exemplo, através da «*freezing approach*», excluindo toda a modificação, impedindo as alterações naturais de significado e de valor que sempre sucedem no processo de reapropriação que cada geração faz dos valores artísticos, dos valores estéticos, e dos valores arquitectónicos herdados, é excluir o tempo da vida da cidade, excluindo assim e ao mesmo tempo ligações fulcrais desta com a sociedade que a habita.

Se a identidade de uma cidade é artificialmente paralisada no tempo, se a pudéssemos bloquear numa fracção do tempo da cidade, essa identidade congelada deixaria de representar a vida urbana em toda a sua totalidade, e, como todos sabemos, a realidade nunca pára. Mas perceber a evolução da cidade não significa abrir portas ao laxismo, ao consumismo mais despuorado da história: culturalmente importará sempre manter os elementos básicos de uma continuidade, as permanências de longo prazo, que referenciam uma identidade inalienável dos lugares¹².

2. ALGUNS PROBLEMAS LIGADOS À PERDA DA IDENTIDADE NA CIDADE HISTÓRICA

O processo capitalista de exploração do solo atenua o seu valor de uso em prol do valor de troca, o que pode conduzir não só ao apagamento dos

sinais da presença de comunidades politicamente mais frágeis, como impedir, pelo excesso das mudanças, a própria possibilidade de uma autorepresentação da colectividade nos espaços do seu próprio território.

Recorrendo às enormes capacidades produtivas do nosso tempo, a especulação vulgariza, no urbanismo e na arquitectura que promove, uma identidade feita de *não-identidade*, construindo estereótipos de massificados *habitats*, representando modos de habitar idênticos, em subúrbios extensos e iguais, de gente igual que inunda enormes periferias iguais. Ao focalizar-se nas mais valias económicas, a especulação imobiliária acaba por traduzir-se, inevitavelmente, numa incorrecta norma de restauro.

Para lá de toda a saudade, importaria agora esclarecer até que ponto as actuais mutações nas relações entre o homem e os lugares influem directamente na identidade da cidade e do papel que aos «Centros Históricos» está reservado enquanto contentor, onde se concentra como que uma identidade memorial *compensatória*.

Outro problema identitário parece manifestar-se na não correspondência entre os locais de encontro da sociedade actual e os lugares de grande interesse histórico-cultural, os mal chamados «Centros Históricos», os quais teoricamente continuamos a considerar como das arquitecturas mais aptas para o encontro humano: mas não serão os núcleos históricos de Lisboa habitados aos fins-de-semana pelos turistas, transferindo-se os seus habitantes para o *Centro Colombo*? Neste contexto parece-me interessante reparar na apropriação ou no consumo da identidade da cidade histórica que os mais recentes centros comerciais promovem na sua arquitectura, como por exemplo: a sua organização em “ruas” comerciais que desembocam em “praças”, as fachadas tipo “challet suíço” dos seus restaurantes regionais ou os anúncios exteriores do *Centro Comercial das Amoreiras* que se afirma o verdadeiro «Centro Histórico de Lisboa», etc.

Entre nós o consumo da identidade histórica é uma situação denunciada¹³ mas muito pouco estudada em termos disciplinares e que, só agora, parece mobilizar a atenção de alguns investigadores, como é o caso do estudo de Ana Paula Amendoeira¹⁴, que estudou os valores que sustentam a imagem historicamente muito falsificada da actual Monsaraz, demonstrando os processos de mitificação que conduziram à sua sistemática adulteração e perda de autenticidade¹⁵.

Como lucidamente denunciou Françoise Choay¹⁶ e, agora entre nós Ana Paula Amendoeira, esse modelo de restauro tornou-se ele próprio, numa *«alegoria do património»*, um novo culto que dá origem a uma nova indústria profundamente consumista, uma indústria patrimonial que além de algumas vantagens económicas óbvias apresenta também profundas perversões. Veja-se a redução funcional de cidades históricas, como Carcassonne, Veneza e Praga, a um gigantesco e cíclico engarrafamento, a meio do dia, de corpos de turistas e, depois, o deserto que lhe sucede; o excesso das massas intermináveis de visitantes do passado, que retiram o espaço das cidades aos seus próprios habitantes, como em Sintra, e que promovem a transferência do quotidiano local para as restritas horas anteriores e posteriores à chegada desses turistas; a multiplicação dos «happenings» culturais exteriores que abafam, excluem e retiram espaço à expressão de ritos culturais locais - como a promoção das históricas festas «rave» na plácida e alentejana Monsaraz; a gradual introdução da vulgata do *kitch*, dos «fast food's», do atroz produto típico, que de típico só tem a designação; a extrema banalização do que era único e essencial. No sucesso dos *Centros Históricos* encontra-se muitas vezes o germe da sua própria autodestruição identitária.

3. VANTAGENS DA SALVAGUARDA DA CIDADE HISTÓRICA, OU A IDENTIDADE COMO FACTOR DE DESENVOLVIMENTO

Se os novos tempos correm para o horizonte da pós-indústria, tudo o que concorre para reforçar a identidade específica de um lugar, os seus bens não consumíveis, o seu ambiente, a sua cultura e os seus reflexos histórico-artísticos, pode considerar-se fulcral para o desenvolvimento futuro de uma comunidade.

Entendida assim, a autenticidade de um centro histórico pode constituir um dos mais importantes recursos para um novo processo de desenvolvimento, sustentado na nova economia dos tempos livres, mas também em novos sistemas integrados de uso (como defendia pioneiramente Giovannoni), onde residência e produção podem finalmente conviver, nas possibilidades abertas pelas novas formas de produção do chamado terciário avançado.

Li, algures, que a dimensão produtiva dos sectores dos serviços e da informação já absorve, nos países comunitários, aproximadamente 70% dos residentes em cidades, facto que tem profundas implicações urbanísticas. Para este

tipo de actividades económicas é essencial a referência a um lugar, a uma cidade, a uma envolvente de adequada qualidade. As novas possibilidades tecnológicas permitem que muito deste trabalho se desenvolva em casa ou em instalações pouco exigentes em termos espaciais (embora o mesmo não se passe em termos de disponibilidade de infraestruturas e equipamentos), podendo também ocorrer no centro das cidades.

O terciário avançado não é tão indiferente à qualidade referencial dos lugares como há alguns tempos se defendia. A necessidade dos espaços públicos urbanos como espaços de relações, a carência de lugares de grande qualidade para a troca e a interacção humana, (como também teorizou Giovannone) pode reforçar a importância da salvaguarda e da requalificação dos lugares históricos centrais e, na competição entre cidades, pode reforçar o interesse das cidades que desenvolvam políticas de salvaguarda adequadas (veja-se a evolução da atractividade de Guimarães ou Évora, por exemplo).

O questionamento internacional de modelos de desenvolvimento predadores, desterritorializados e internacionalizados, tão livres dos sítios como dos homens que os habitam, manifesta-se na década de 80 e irá culminar com novas teses urbanas que se aproximam dos princípios da cultura ecológica. A cidade consolidada pode agora, de novo, ser considerada como um espaço residencial, mas também como um novo espaço de produção, como se defende no *Livro verde sobre o ambiente urbano*¹⁷ da Comunidade Europeia, explicitando uma nova aproximação sistémica às práticas do planeamento, aprofundada em debates que se estendem por toda a década de 90, e que se integram dentro do novo paradigma urbanístico: o de um desenvolvimento sustentado¹⁸.

Salvaguardar a identidade da cidade histórica pode constituir um importante recurso no momento em que se verifica uma importante competição entre cidades, no quadro do profundo reordenamento provocado pela internacionalização das economias e, no caso europeu, pelo processo da unificação. A competição entre cidades é algo bem real e não se concentra apenas na tentativa de canalizar fluxos turísticos, que aliás se tornaram um recurso económico de primeira importância para muitos países europeus.

Se as cidades têm de se afirmar como pólos de atracção, concorrendo pelo capital dos investimentos, num momento de quebra das fronteiras, de

aumento da liberdade geográfica e territorial das pessoas e dos dinheiros, será a especificidade de um lugar, o seu valor identitário, um aspecto negativo?

A resposta poderá depender do contexto, mas, aparentemente, o valor patrimonial parece não constituir um obstáculo ao desenvolvimento económico: cidades como York ou Bath apresentam taxas de crescimento económico e PIB's per capita muito mais elevados que as «*new towns*» dos anos 50 e 60, ou mesmo cidades industriais como Liverpool; Dijon, cidade histórica e um dos aproximadamente 70 *Secteurs Sauvegardés* de França, apresenta um dos mais notáveis crescimentos económicos e tecnológicos registados na última década nesse país, aliás o balanço da evolução dos *Secteurs Sauvegardés* é fortemente positivo e um elevado número de cidades tenta hoje ser abrangida pelo quadro da Lei Malraux¹⁹.

Em Portugal depois da evolução económica, aparentemente muito positiva, de Évora, de Sintra (também de Angra do Heroísmo?), verificamos que diversas cidades ou vilas históricas já entraram na corrida para a sua inscrição na Lista do Património Mundial (como, por exemplo, Guimarães, Santarém, Monsaraz, Óbidos, etc.). Afinal, o património, em vez de ser um obstáculo, como o considerava a urbanística moderna, parece ser um propulsor.

Não chega, no entanto, possuir belos e históricos espaços urbanos ou velhas e poéticas arquitecturas para atrair novas vidas e novos investimentos. Será provavelmente por essa razão que cidades como Amsterdão se mantêm extremamente actualizadas tecnologicamente, equipando-se com as mais avançadas infra-estruturas, nomeadamente as ligadas à tecnologia das telecomunicações e da informação (redes extensivas de cabos de fibra óptica, por exemplo), disponibilizando-as nos núcleos históricos.

4. PLANEAMENTO, PROJECTO E CONSERVAÇÃO DA IDENTIDADE URBANA

Segundo Bernard Fielden e Jukka Jokilehto²⁰, o julgamento e a avaliação dos valores patrimoniais, necessários ao desenvolvimento de uma estratégia de salvaguarda urbana, dividem-se em duas grandes áreas a determinação: (i) dos valores de âmbito cultural (incluindo-se aqui os valores de identidade urbana, os valores artístico/técnicos e de raridade); (ii) dos valores contempo-

râneos, de âmbito sócio-económico e mais estreitamente relacionados com a problemática do uso.

Entre os valores culturais, estes autores destacam a predominância dos valores da identidade urbana, considerados como os mais fortes em termos emocionais, por incorporarem os «valores da idade», as relações com as tradições, com as memórias e as lendas, com as simbologias de âmbito político-religioso, que muito facilmente despoletam sentimentos extraordinariamente fortes, sejam eles de carácter nacionalista ou patriótico, ou místico.

Como os valores da identidade são evolutivos, susceptíveis de mudança no tempo, a sua sublimação pode facilitar a conservação, mas também pode conduzir a excessos restauracionistas, a sua ausência pode facilmente conduzir à negligência e/ou à sistemática destruição do património urbano.

Situando-se entre a urbanística e as disciplinas especializadas na conservação material dos objectos, a arquitectura tem entre nós revelado algumas dificuldades no estabelecimento de um equilíbrio, ou mediação, entre a necessidade de novas normas que regulem a intervenção na cidade-património, no desejo social de uma preservação da identidade patrimonial, o mais rigorosa quanto possível e ao mesmo tempo o mais funcional possível - o que pode resultar num confronto já de si difícil de resolver em projecto - e a vontade disciplinar de afirmar a sua contemporaneidade.

Disse Nuno Portas: «...ao mesmo tempo que estamos fazendo regulamentos [para controlar a forma dos projectos introduzidos nos Centros Históricos], a cultura arquitectónica mais erudita reconhece como a melhor arquitectura uma arquitectura que não passaria frente a esse regulamentos»²¹. Neste raciocínio Portas relança uma questão já anteriormente teorizada por Bernard Huet, num conhecido mas muito discutível artigo²², onde este afirmava ser natural o tradicional confronto entre os arquitectos e os urbanistas. Este conflito disciplinar também se estende hoje para o campo do património, manifestando-se neste caso no confronto (fértil por toda a Europa, menos entre nós) entre arquitectos e conservadores-restauradores²³.

Voltando à questão anterior, para Huet, o processo interpretativo da realidade e a tomada de decisões de projecto seriam de natureza eminentemente

sugestiva para os arquitectos, i.e. na produção ou reapropriação de um objecto arquitectónico existente, era de natureza corporativa o desejo deste ficar associado às capacidades criativas individuais, à capacidade de desenho do arquitecto, enquanto reflexo inevitável da sua personalidade, das suas idiossincrasias, das suas teses particulares de carácter disciplinar. O arquitecto sentiria essa necessidade como algo de absoluto, surgindo daqui a constante reivindicação de uma «*arquitectura de autor*» para os Centros Históricos, possibilidade sem a qual os arquitectos não se sentiriam, ou deixariam mesmo de ser, «*arquitectos*».

Ao contrário do arquitecto, o urbanista - por dever de natureza, da disciplina e do officio - deveria inserir-se num processo de âmbito muito mais vasto, com inúmera pluralidade de acções e de protagonistas. O processo de interpretação e de tomada de decisões do urbanista deveria quase apagar-se para deixar transparecer posições de natureza eminentemente colectiva, a que este devia dar corpo (ou antes, constituir como norma).

A realidade é, como sabemos, substancialmente diferente desta tese. Nem a sociedade, nem a economia concreta, nem (muito menos) a cultura patrimonial (ou mesmo a outra) dá essa «*carta branca*» ao arquitecto, embora muitos a reivindiquem. O arquitecto nunca estará livre da «*kunstwollen*», enquanto tutela artística do seu tempo, no quadro da qual, em grande medida, é mais um intérprete do que um compositor. Nem o urbanista deixa de desenhar, inscrevendo, mais ou menos idiossincrasias pessoais no processo de planeamento que conduz, numa formalização concreta de modelos, mesmo que, por incapacidade ou por opção, nunca utilize o «lápiz».

Mas existe, de facto, um confronto teórico quanto à determinação de estratégias de intervenção na cidade enquanto património, o qual se agudiza quando nos confrontamos com o tema da imagem e da identidade da cidade histórica. Poder-se-ia ilustrar os limites deste confronto na sua divisão em dois campos limites. O primeiro destes campos cultiva uma conservação urbana e um restauro arquitectónico estritos, baseados num excessivo determinismo histórico, que decorre com bases científicas e (aparentemente) sem dúvidas, segundo o qual, como defende Pier Luigi Cervellati, «*così è stato, se questo è stato fatto in questo modo, lo rifaccio*»²⁴. Trata-se de um processo eminentemente conservacionista que se apresenta a si próprio como o de menor risco para a

identidade da cidade histórica, porque impede na prática as intervenções de transformação, procurando estabelecer relações directas entre o conhecimento histórico da cidade e as decisões formais e de programa²⁵.

O segundo campo propõe uma renovação crítica e criativa, optimista; crente na capacidade do projecto arquitectónico incorporar, compreender e interpretar os traços deixados pela história, retendo os dados fundamentais desta e iniciando um processo evolutivo de gradual transformação. Processo do qual eventualmente também resultará a renovação de formas, numa continuidade assente na interpretação qualificada e dirigida para a procura de um incremento da qualidade urbana. O segundo destes pontos de vistas fundamenta-se na tendência da identidade urbana para a mudança, constatando que esta não é um facto inalterável no tempo, ainda que se registem algumas constantes. À inalterabilidade da imagem urbana, propõe-se, como alternativa, a potenciação controlada dos dinamismos internos da cidade.

Na realidade, o sistema parece-me ainda mais complexo. A questão chave parece ser o esclarecimento do grau de amplitude das possibilidades da «interpretação histórica», ou seja, como se traduz e se controla, em termos de projecto, o processo de análise crítica que determinará a progressão da «identidade urbana» no que se refere aos espaços e às formas? E, se estamos perante um património urbano de grande interesse, como se garante o menor risco no processo de transformação dessa identidade? Na cidade, no projecto urbano, a quantidade de dados em presença é de tal maneira ampla que envolve sempre negociações e o estabelecimento de decisões preferenciais. Decisões onde aspectos culturais ou mesmo idiossincráticos de quem as toma, também têm de entrar, necessariamente, em jogo.

5. CONSERVAÇÃO, PROJECTO DE ARQUITECTURA E O PROBLEMA DA AUTENTICIDADE

Se pretendemos “conservar” estamos obrigados, por imperativo de coerência, a garantir a transmissão para o futuro, em toda a sua autenticidade, dos valores artísticos e históricos da arquitectura e da cidade histórica. A constante discussão sobre quais os valores patrimoniais a salvaguardar, reenvia-nos cíclicamente para Alois Riegl²⁶. Como muito bem reparou Riegl, a preserva-

ção patrimonial no século XIX assentou grandemente na vontade de remover todos os traços de degradação natural, ou seja dos valores de antiguidade, restaurando os monumentos até estes adquirirem a aparência de um edifício novo, de perfeita unidade estilística e com uma funcionalidade otimizada. Infelizmente esta constatação de Riegl, feita no início do século, poderia ainda hoje aplicar-se às tendências projectuais mais correntes nos nossos monumentos e centros históricos.

Entre os valores do património cuja salvaguarda se considera imprescindível quando falamos em conservação, a teoria da disciplina tem destacado o valor da *autenticidade*²⁷. De uma, já longa, discussão internacional sobre o tema, resultaram alguns consensos que se fixaram em 1994, no chamado *Documento de Nara*, onde ficou assumido o princípio da diversidade cultural na conformação dos valores patrimoniais - o que é genuíno e autêntico para uma cultura não o é necessariamente para outra²⁸-, isto num momento em que a política/cultura do património ganham uma abrangência universal.

Mas se é verdade que apenas cada cultura pode definir qual a sua *autenticidade*, o que lhe é *autêntico*, é também verdade que, em todas as culturas, a autenticidade do património arquitectónico enquanto testemunho artístico e histórico reside, em grande medida, na própria materialidade dos objectos que até nós chegaram, na corporização com que nos foram transmitidos.

A actual teoria da conservação, no longo percurso que de Camilo Boito nos transporta até Cesare Brandi, destaca (ou sublima) a importância da consistência física da obra de arte, da sua materialidade enquanto meio específico da manifestação da imagem artística e do testemunho histórico. Por essa «...*consistência material* [na qual se manifesta a imagem de obra de arte] *devem ser feitos todos os esforços e pesquisas para que possa durar o mais longo tempo possível*»²⁹. Surgem, assim, os célebres axiomas de Brandi: «(...) *apenas se restaura a matéria da obra de arte; o restauro deve permitir o restabelecimento da unidade potencial da obra de arte sem produzir um falso histórico ou um falso artístico, sem cancelar os traços da passagem da obra de arte pelo tempo*»³⁰. Os teoremas de Brandi afectaram inevitavelmente a teoria do restauro arquitectónico da cidade histórica³¹.

A discussão do tema da autenticidade conduz inevitavelmente para a

abordagem das estratégias de projecto, de planeamento e das suas legitimidades. Aqui constata-se imediatamente que o recurso à História constitui hoje uma estratégia, ou um dos principais mecanismos, de legitimação projectual. Num tempo de dificuldades teóricas, de rotura com os anteriores valores, de gradual construção de novos paradigmas, que ainda não são muito claros nem suficientemente consensuais, é perfeitamente natural que se discuta, de forma alargada, a «autoridade» das escolhas de projecto.

Neste contexto, a redução do problema das escolhas e das justificações projectuais a um pretenso antagonismo entre a afirmação do «eu» (o *alter ego* do arquitecto) contra um colectivo, muitas vezes tomado como castrador ou redutor (neste caso a cidade e a sua cultura histórica), defendendo até às ultimas instâncias uma pretensa liberdade criativa do projecto, é um caminho de uma pobreza intelectual verdadeiramente constrangedora que conduz inevitavelmente à alienação da arquitectura. Esta tendência, paradoxalmente, tem firmes defensores em escolas de arquitectura portuguesas.

Nas actuações sobre a cidade histórica importa separar, muito claramente, o conteúdo das decisões demonstráveis, de conteúdo lógico para todos e como tal resultantes de um processo determinístico, das que resultam de processos eminentemente empíricos ou criativos (provenientes do «meu» sistema – pessoal – de preferências).

Como não há interpretações que não sejam também sugestivas, importa reduzir os riscos da eventual arbitrariedade na tomada de decisões. Podemos e devemos exigir mais verdade e mais clareza nos planos e no desenho para os Centros Históricos. Mas como? Através de rigor no método! Através da potenciação de instrumentos conceptuais de grande clareza lógica, apreciáveis por todos e de fácil entendimento e transmissibilidade; através de escolhas claramente justificadas que permitam reconstituir e demonstrar a justiça do caminho seguido, aumentando, em suma, as bases de legitimação dos planos e dos projectos incidindo sobre a cidade histórica.

Nesse caminho do aperfeiçoamento metodológico, Teresa Cannarozzo propõe o desenvolvimento de abordagens que minimizem a «autorepresentação» projectual, por exemplo através da exponenciação da negociação com a especificidade de cada *locus*, no diálogo com os diferentes

contextos físicos, sociais e culturais dos diferentes lugares³².

Outro caminho relativamente óbvio é o reforço do conhecimento da realidade onde se opera, incrementando a qualidade da leitura, da compreensão e da interpretação das realidades urbanas e territoriais e dos seus valores históricos, majorando a possibilidade da sua retroversão para os processos de planeamento ou para a inteligência do desenho. Para a conservação urbana o reconhecimento da persistência dos sinais, na fase de análise, foi e continua a ser, o elemento verdadeiramente forte e útil para a produção da síntese (o projecto, qualquer que seja).

Essa importância do conhecimento, além de permitir determinar quais os valores existentes no território histórico e avaliar da sua qualidade, enuncia os recursos mobilizáveis e permite formar uma consciência delimitativa das acções a empreender: a descoberta e a demonstração dos valores patrimoniais, desde que documentados com absoluto e incontestável rigor histórico e científico, torna-se ela própria um dos mais importantes factores da conservação.

Ao divulgarem-se publicamente os valores patrimoniais torna-se muito mais difícil a sua delapidação, o vandalismo público ou privado poderá assim ser auto-limitado ou mesmo penalizado politicamente! Na exposição pública de factos incontestáveis, perante a importância e o valor dos recursos detectados e expostos, o comitente tem obrigatoriamente que dar-se conta da sua importância e responsabilizar-se pelas opções colocadas, circunscrevendo as possibilidades dessa escolha.

A resolução dos múltiplos problemas da cidade histórica oferece muitas oportunidades de projecto, sem necessariamente passar por práticas predatórias, ou seja, pela renovação ou pela substituição. Não conheço nenhum documento, nenhuma carta internacional, que impossibilitem a introdução de uma nova arquitectura, nos hiatos dos tecidos urbanos, ou quando desaparece, por colapso, um edifício antigo. É evidente que se pede a essa nova arquitectura que negocie a sua introdução, mas essa exigência não é diferente, nem é maior ou menor, da que se coloca quando avaliamos o *genius loci*, ou as implicações contextuais de uma qualquer outra implantação! Conheço até teóricos que defendem exactamente o recurso à arquitectura contemporânea como meio de resolução, da colmatação das quebras de qualidade urbanas, de *cerzimento* entre tecidos.

O recurso às capacidades redentoras do projecto contemporâneo tem sido, por exemplo, teoricamente defendida por autores como Nuno Portas, ao propor a requalificação do sistemas de espaços públicos como um dos motores da integração da cidade nova e suburbana na cidade velha e centralizada. Para Portas, os centros históricos salvam-se sobretudo a partir da periferia, restabelecendo as ligações perdidas, interconectando qualidades e funções³³.

Uma estratégia similar foi a desenvolvida em Santiago de Compostela onde, seguindo alguns dos procedimentos introduzidos pela IBA (não foi por acaso que Kleiheus foi escolhido como consultor de Santiago), utilizaram as oportunidades deixadas nos vazios, nas quebras de sintonia entre a periferia e a cidade histórica, como campo de entrada do projecto contemporâneo, qualificado e qualificador. Pediu-se as estes projectos que cercassem as malhas, (re)estabelecendo ligações, explorando uma das maiores capacidades da boa arquitectura: a de adivinhar os desejos e resolver as necessidades dos lugares. Na última década, verificou-se até uma tendência ao recurso extensivo a projectos específicos de arquitectura, no quadro de operações de prestígio, eventualmente até com uma atenuação excessiva do controlo da projectualidade mais difusa. Tal é o caso dos planos-projectos desenvolvidos durante a última década para Paris (nas célebres ZAC's, como a Cité de la Musique), para Londres pela LDDC, para Frankfurt ou para a Berlim, da IBA³⁴.

6. PERVERSÕES À TEORIA DA CONSERVAÇÃO

6.1 A reabilitação que é renovação urbana, o excesso de projecto e o fachadismo

Portugal possui um sistema muito precário de protecção do seu património urbano³⁵, este enquadra-se na política geral de conservação do património arquitectónico, a qual favorece nitidamente uma abordagem objectualista, de “monumento classificado”.

O sistema de gestão urbana português e os seus instrumentos, como os planos de urbanização, aceitam demasiado facilmente o princípio da renovação urbana feita através da densificação, do aumento de volume da construção, da transformação funcional e programática destes tecidos urbanos consolidados.

Ao contrário do P.O.S. franceses, que geralmente estabelecem índices de ocupação para as parcelas situadas nos centros históricos inferiores às existentes, na realidade e demasiadas vezes temos planos directores que prevêm índices genéricos com maior densidade de construção, o que significa que qualquer demolição é premiada em termos económicos.

Pela obviedade penso não ser necessário debruçar-me, também, sobre o terrível cancro que constitui o impacto, de décadas de congelamento das rendas urbanas, para o património urbano Português.

Em termos muito sintéticos, sob o ponto de vista económico, poderia afirmar-se que o actual sistema penaliza muito fortemente quem quer conservar, ou reabilitar. Uma autarquia que tente inscrever o seu património urbano no sistema de classificação português, por exemplo, um conjunto classificado como de interesse nacional, corre o sério risco de entrar em falência económica, pois os proprietários dos imóveis podem requerer isenção de contribuições prediais e nada garante que a essa classificação corresponda, como acontece na França, um forte e directo investimento do Estado na salvaguarda, no restauro e na reabilitação.

De uma atenta observação das nossas práticas da conservação e da reabilitação urbana, fica-me a terrível impressão de que, fora alguns casos isolados de enorme coragem e meritório destaque público, não estamos, de facto, a conservar e que, na grande maioria dos casos, o que hoje chamamos *«reabilitação urbana de centros históricos»* constitui uma das mais amplas operações de falsificação histórica de que há memória.

Refiro-me à tendência - generalizada a quase todo o país -, de entender a intervenção na cidade histórica dentro de duas gamas essenciais de possibilidades: (i) como uma oportunidade relativamente livre de renovar - que sempre significa deitar abaixo e fazer algo novo, não necessariamente copiando o existente -, em exercícios de projecto que procedem dentro de uma lógica reinterpretativa, onde a obrigação objectiva de preservar é preterida pela afirmação idiossincrática do projecto-de-autor, num empenhamento dirigido para a afirmação da contemporaneidade (valor do novo, valor de uso, novos paradigmas estéticos) sobre os valores da história; (ii) camuflar intervenções profundamente transformadoras sobre uma capa de aparente respeito patrimonial, demolindo a base da conservação urbana, ou seja a preservação

da tipologia fundiária, procedendo a anexações cadastrais, e camuflando tudo isto por detrás do mais despudorado fachadismo.

Não me refiro aqui a outro tipo de intervenções, fora da disciplina, aos projectos avulsos de manutenção ou de renovação, que copiam paradigmas ainda mais básicos. Para o proprietário comum, investir na conservação ou no restauro de um imóvel, significa na maior parte das vezes devolver-lhe o valor de uso de um objecto novo (como explica Riegl). O valor do novo justifica um «*horror ao velho*» que se traduz na preferência por soluções tecnologicamente avançadas, contemporâneas, as quais se julga poderem resolver todos os problemas da construção antiga.

Em camadas mais intelectualizadas em oposição directa ao «*horror do velho*» surge aquilo que se poderia designar como de «*horror ao novo*»: um amor excessivo às superfícies puídas pelo tempo e a rejeição de qualquer gesto que se possa traduzir na sua perda.

Em geral, trata-se de uma admiração exacerbada pela pátina do tempo, pelas formas de expressão plástica da degradação das obras antigas, que conduz – como sucedeu no movimento cultural onde esta atitude se funda, o Romantismo –, à recusa de uma intervenção reparadora ou, caso esta se revele imprescindível, à preferência pela simulação da «ruína» e da História, tentando anular o acto restaurador concreto. Esse amor excessivo justifica o ressurgimento de novos ecletismos baseados na reprodução histórica, como se verifica na obra de um Quilan Terry.

Uma das regras mais básicas da conservação patrimonial é optar pela intervenção mínima em vez da máxima. O que verifico em Portugal é que esta atitude é ainda muito rara. Salvos os exemplos de algumas poucas cidades, das quais destacaria Guimarães, no geral penso que assistimos a uma tendência (ou à opção) por estratégias maximalistas, como se pode comprovar no programa «*dez milhões para dez aldeias*», ou como se observou em algumas fases da experiência do Porto.

Modificar as estruturas ou o sistema de organização dos espaços, obriga quase sempre ao realojamento dos residentes, o que, como todos sabemos, é particularmente oneroso. Desenvolver obras superiores às necessidades estritas da conservação e da reabilitação de antigos edifícios habitacionais - desde que evi-

dentemente com a satisfação de óbvias exigências funcionais, de segurança e de conforto, de melhoria e actualização das redes e instalações técnicas -, vai provocar repercussões extremamente negativas, em termos de prazos e custos, tanto sobre os descapitalizados proprietários como sobre os, por vezes ainda mais insolventes, inquilinos.

Um bairro histórico degradado corresponde sempre, quase por definição, a uma comunidade com problemas sócio-económicos. Parece-me então evidente que intervir com demasiada profundidade em edifícios históricos, com aquilo que poderíamos chamar de «excesso de projecto», não só afecta decisivamente a autenticidade da arquitectura enquanto testemunho cultural, como pode também trazer associado um inevitável processo de expulsão dos antigos moradores, favorecendo um processo de substituição social, já que será obviamente impossível ao Estado expropriar ou adquirir todos os edifícios necessários para permitir o seu realojamento. Acrescenta-se a este o custo da manutenção desse parque, cuja responsabilidade, nesses casos, passa a ser do município.



6.2 A renovação que é reordenamento cadastral e sistemática alteração tipológica

Tanto Giovannonne como Choay há muito preveniram sobre a importância para a salvaguarda do património urbano da não modificação da tipologia fundiária³⁶. Onde se procede ao reordenamento cadastral, conjugando dois, três ou mais lotes, geralmente por detrás da habitual retenção das fachadas antigas que correspondiam a igual número de edifícios com diferentes

tipologias e histórias, abre-se caminho para uma modificação arquitectónica e funcional da cidade antiga e dos seus tecidos. Importa realçar - leia-se com a devida atenção a *Carta de Toledo* ou, já agora a mais operacional a *Carta Itali-*

*ana do Restauro de 1972*³⁷ – que, na conservação urbana, para além da arquitectura, a estrutura e tipologia fundiária urbana, possuem, por si próprias, um significado e um valor insubstituível. Alterando-se os lotes, afecta-se irremediavelmente o valor da cidade histórica ao mesmo tempo que se inicia um processo irreversível de transformação da cidade histórica. As tipologias tornam-se mais espaçosas, as consequentes transformações estruturais e espaciais, vão permitir novas possibilidades de organização dos espaços (com novas estruturas reticuladas no interior dos edifícios é mais fácil amanhã converter uma destas novas habitações em escritório «*open space*», por exemplo).

A pressão especulativa de uma economia aberta a funcionar num espaço de gestão urbana desnordeada permite, neste processo, a rápida mudança funcional, facilitada pela óbvia disponibilidade de espaço, muito atractiva pelas vantagens da centralidade, o que convida à transformação da habitação em escritórios (ou ateliers), por exemplo. Associadas a estas, podem também surgir outro tipo de pressões inaceitáveis ou inoportáveis (o inevitável excesso de tráfego automóvel ou dificuldades de estacionamento no caso de se iniciar uma reconversão da habitação em serviços.

E não adianta argumentar com as ameaças da fiscalização: todos sabemos que a enorme maioria de escritórios, *ateliers*, etc. que hoje funcionam em Lisboa ou no Porto, e na grande maioria das cidade portuguesas são ilegais - a maior parte deles exercem as suas actividades em edifícios com licença de habitação.

Na realidade, ao iniciar-se um processo destes desencadeia-se também um processo de consumo da cidade antiga, que muitas vezes se suporta em discursos de regeneração criativa e em teorias que defendem o projecto interpretativo e o projecto substituidor, numa ideologia de projecto apressadamente reciclada da retórica pós-moderna.

Com algum suporte corporativo o grito de combate que utiliza, ainda hoje é ensinado em algumas Universidades de Arquitectura e tornou-se célebre: “*faça-se património d’hoje*”. Parece-me muito curiosa a tendência, crescente, de recorrer a famosos arquitectos do *Star System* para desenvolverem no interior da cidade histórica projectos com programas delicados e particularmente antipopulares, em termos de conservação patrimonial.

6.3 O Fachadismo

Na última década observou-se entre nós a multiplicação de uma outra prática que afecta de forma decisiva, as íntimas relações entre significado e significantes na arquitectura da cidade histórica. Refiro-me ao "*Fachadismo*" cuja definição poderá corresponder, grosso modo, à demolição sistemática do interior de antigos edifícios e sua substituição por nova construção, com profundas mudanças tipológicas, volumétricas, estruturais e construtivas, onde a antiga fachada sobre a rua principal é preservada de forma acrítica, ou é reconstruída numa imitação forçada da antiga³⁸.

Por toda a Europa, este é um fenómeno que se multiplica explosivamente³⁹, sendo tomado por muitos operadores e por algumas administrações locais, como a solução ideal (e mais expedita) para a resolução do problema da integração de novos programas no património edificado.

Em cidades como Lisboa, o fachadismo tornou-se uma das mais correntes soluções-tipo de intervenção em zonas consolidadas, verificando-se a sua expansão sobretudo nos "boulevards" de inspiração haussmanniana que entre nós surgiram nos finais do século XIX e inícios do século XX. Arquitecturas de revivalismos e de ecletismos às quais a História da Arte e do Urbanismo, tardam a reconhecer o valor patrimonial e a decisiva contribuição urbanística.

O *fachadismo* é, hoje, uma das máximas expressões de um processo substitutivo da cidade histórica e do seu património edificado, recusando ou impedindo as expressões da arquitectura contemporânea - porque na prática impede que esta tenha um rosto público -, destruindo valores essenciais da arquitectura antiga, ao fragmentar as relações entre fachadas e organização dos espaços interiores, desarticulando as ligações entre tipologia do edificado e morfologia urbana.

Penso que a popularidade do fachadismo nas camadas mais intelectualizadas se deve, em grande medida, à sublimação da importância da "townscape", sobretudo no início do pós-modernismo quando se constata a raridade de novas produções urbanísticas com espaços públicos de qualidade referencial, reforçando as aproximações cenográficas, vs autenticidade, em que esta prática se insere. Nesse contexto, a percepção da qualidade urbanísti-

ca e arquitectónica da cidade consolidada, perdida que foi a utilidade funcional e o seu significado produtivo, ficou inevitavelmente condicionada ao usufruto visual, ao deleite estético, mais do que à percepção da verdadeira identidade do lugar e do seu conteúdo histórico.

As tentativas de fundamentação teórica do fachadismo basearam-se numa tentativa de justificação segundo a qual a preservação da imagem urbana histórica se conseguia através da preservação sistemática das fachadas dos antigos edifícios inscritos em espaços urbanos de qualidade (praças, avenidas, ruas) dentro de uma lógica de interpretação que entende imagem e identidade urbana sobretudo como cenários físicos (*"streetscapes"* e *"urbanscapes"*). Esta prática foi também aceite, em algumas intervenções planeadas de conservação urbana, para resolver problemas de articulação (ou de transição), entre núcleos históricos com forte identidade e qualidade de imagem, com tecidos envolventes menos qualificados.

Em termos estratégicos, este tipo de operações têm também sido justificadas pela tentativa de integrar agentes imobiliários menos capazes, incapazes de desenvolver a um *«restauro crítico»*, ou uma reabilitação qualificada, permitindo-lhes uma actuação mais liberalizante ao admitirem-se padrões de construção e a garantia de satisfação de níveis exigências actuais. O promotor pode assim fornecer um produto novo, apto a satisfazer as crescentes necessidades sociais de espaço, ainda que sob um rosto "antigo". Como no eclectismo e revivalismo, quando a alta burguesia se apossou da História e fez dela o reflexo do seu sucesso económico e social, chegou agora a vez dessa apropriação pela classe média.

Como «obra», o fachadismo constitui uma estranha hipocrisia. Monta-se um estaleiro complexo, muito caro, baseado em importantes estruturas precárias, as quais irão suportar provisoriamente *in situ* a antiga fachada, assim como os edifícios envolventes, enquanto as suas entranhas são removidas, o interior demolido e substituído por uma nova edificação na qual a antiga fachada não tem funções estruturais. Estas estruturas de suporte provisório são muito caras e provocam fortes implicações nos tráfegos de rua. Esses argumentos têm suportado outras formas de actuação, ou seja proceder à demolição de todo o edifício, inclusive da antiga fachada, que depois é reconstruída (dupla falsidade) e assim reintegrada na nova edificação.

O fachadismo, na sua aparentemente salvaguarda da memória da imagem urbana – não da identidade urbana – é muitas vezes apresentado politicamente aos olhos do público como uma hipótese de preservar a memória da cidade antiga, transportando-a para um futuro novo. E este é, quanto a mim, um dos maiores perigos do fachadismo: a perda de valores e de conteúdos relacionados com a ruptura da transmissão, o impedimento do usufruto de um produto do processo histórico que catalisou modelos e os inscreveu no espaço urbano enquanto sínteses arquitectónicas paradigmáticas do seu próprio tempo.

Entre nós, o fachadismo além de falsificar a História, encobre o aumento volumétrico mais despudorado; justifica o aumento de áreas e os assaltos aos logradouros (e tínhamos tantos verdes, ainda...). O fachadismo existe porque não há um controlo rigoroso das formas de ocupação do solo urbano (onde estão entre nós os Planos que, para os centros históricos estabelecem, parcela a parcela, o controlo da edificação e das possibilidades de ocupação do solo (como os P.O.S. dos franceses)? Onde se desconhece o que se passa parcela a parcela, onde não se estuda a inserção dos novos programas, comprovando previamente a sua capacidade de inscrição nas arquitecturas já existentes, como será possível combater os processos substitutivos dos quais inexoravelmente resultaram a expulsão e segregação social?

Para além de toda a especulação o fachadismo acaba por impedir, na realidade, a representação do nosso tempo, através de arquitecturas coerentes e contemporâneas (a corpo inteiro), na cidade.

7. COMO CONCLUSÃO

A renovação travestida de reabilitação e o fachadismo enganador inserem-se num processo de falsificação histórica e de mitificação patrimonial (que Choay tão bem descreve). Mitificação que seduz um público que deseja atenuar a dor da perda da cidade histórica e dos lugares urbanos aos quais pertenceu e dos quais tem sido expulso pelo oportunismo da economia desregrada e do seu terciário, gente inevitavelmente conduzida para o rebanho das periferias, cada vez mais longínquas.

Diz Choay que *«Só a memória viva pode, em matéria patrimonial, garan-*

tir um uso legítimo à noção de autenticidade»⁴⁰. Nos centros históricos das nossas cidades, pouco a pouco, estamos a criar um museu de verdadeiras dissecações, a céu aberto, que me lembram as palavras de Philippot: «(...) there is the almost inherent tendency of the open-air museum to evolve into a Disneyland: No longer is it a preservation of history in the present, but rather a projection of fantasy into objects of the past, which is a special variety of faking»⁴¹.

Como já escrevi anteriormente: se é na análise concreta dos resultados - cada um por si, da qualidade de todos a qualidade média das intervenções urbanas - que se avalia a qualidade do método, a qualidade do projecto arquitectónico e urbano que levamos a cabo na cidade histórica, então temos que aceitar hoje questionar as nossas práticas de reabilitação urbana pois elas parecem conduzir a perversões comuns. Sob a pena de que, a curto prazo, pouco ou quase nada nos reste da cidade consolidada, que alguns dizem ser hoje um dos maiores recursos económicos e culturais europeus, assim como o seu maior contributo para a história da cultura mundial.

Em termos muito simples eis o que me resta concluir: é fortemente necessário conservar preservando a autenticidade; projectar conservando a contemporaneidade; optar pela intervenção mínima em vez da máxima; e, sobretudo, recusar a falsificação da História.

Morte ao fachadismo!

NOTAS

- ¹ Texto desenvolvido com base em extractos de uma conferência não publicada (José Aguiar, A conservação da identidade do património urbano e o lugar das novas arquitecturas, Lisboa, URBE, Vila Real, 1999) e no artigo José Aguiar, A cidade do futuro já existe hoje, algumas notas sobre a reabilitação urbana, em *Magazine ATIC*, nº 24, Novembro, Lisboa, ATIC, 1999. Ambos esses textos sustentam-se num trabalho de investigação mais vasto: José Aguiar, *Estudos cromáticos nas intervenções de conservação em centros históricos, Bases para a sua aplicação à realidade portuguesa*, (dissertação apresentada à Universidade de Évora para obtenção do grau de Doutor em Conservação do Património) Évora, UE, 1999
- ² «The object-oriented interpretation that for decades dominated conservation theory and practice is now yielding to other interpretations, such as the continuity of living traditions, a way of life, and relevant cultural values», em M. Laenen, Editorial, *ICCROM Newsletter*, nº 24, Setembro, ICCROM, Roma, 1998, p. 1.
- ³ Para Silvio Zancheti: «The fundamental difference between planning the conservation of historic communities and restoring historic buildings appears to be partly in the definition of what is being preserved, and partly in relevant value judgements», em J. Jokilehto, Urban Conservation in the ARC Course, *ICCROM Newsletter*, nº 24, ICCROM, Roma, 1998, p. 9.
- ⁴ «(...) il faudrait à l'heure actuelle, dans toutes les grandes villes d'Europe, sauver de la destruction à laquelle les promet la «modernisation», les tissus banaux édifiés à la fin du XIX^e siècle et encore au début du XX^e, ceux que G. Pérec appelait «infra-ordinaires»: tissus qui ne possèdent de valeur ni pour l'art, ni pour l'histoire mais qui, par leur modestie, leur échelle et leurs qualités formelles s'offrent aux populations urbaines non privilégiées, se prêtent aux relations de convivialité et constituent une barrière contre la délinquance et les diverses formes de dérapage social» F. Choay, Sept propositions sur le concept d'authenticité, em: *Nara Conference on Authenticity*, Japan 1994, UNESCO/ICCROM/ICOMOS, Trondheim, Tapir Publishers, 1994 (editor K. Larsen), p. 116.
- ⁵ Assim, «Le cour du problème, c'est la mobilisation de la mémoire au service de la quête, de la requête, de la revendication d'identité», sobre o tema vejamos os principais argumentos de Paul Ricoeur no magistral artigo *Vulnérabilité de la mémoire*, em *Patrimoine et Passions Identitaires, Actes des Entretiens du Patrimoine*, 6 a 8 Janeiro, Paris, Editions du Patrimoine/Fayard, 1998, pp. 17-31.
- ⁶ Como esclarece, lucidamente, Ricoeur: «Parmi les multiples voies d'accès au problème philosophique de la mémoire, il en est deux qui conduisent au coeur des reports entre la mémoire et l'histoire. La première rejoint la mémoire au point où son destin se dissocie de celui de l'imagination. L'accent tombe ici sur le voeu de fidélité attaché à la visée de la mémoire en tant que gardienne de la profondeur du temps et de la distance temporelle. (...) La seconde voie refont la mémoire au point où elle tombe sous le pouvoir de l'exercer selon l'un ou l'autre projet pratique. Deux perspectives se croisent ainsi, la première concerne la dimension épistémique, véritative, de la mémoire, la seconde sa dimension pragmatique, celle de l'usage de la mémoire». Paul Ricoeur, *ob. cit.* (1998), p.17.
- ⁷ «Or le rapport au temps fait difficulté en raison du caractère équivoque de la notion du même, implicite à celle de l'identique. Que signifie en effet rester le même à travers le temps?», *Idem*, p.27.
- ⁸ «C'est un fait que l'autre, parce que autre, vient à être perçu comme un danger pour l'identité propre, celle du nous comme celle du moi», *Idem* p. 28.

- ⁹ Quanto à valorização patrimonial do factor tempo vejam-se as considerações de Alois Riegl referentes a um inventário dos seus valores, em A. Riegl, *Le culte moderne des monuments, Son essence et sa genèse*, 1903, Paris, Éditions du Seuil, 1984.
- ¹⁰ F., Lo Piccolo, Identità, permanenza, trasformazione della città: un'introduzione, em *Identità Urbana, Materiali per un dibattito*, Quaderni del Dipartimento Città Territorio, Roma, Gangemi Editore, 1995, pp. 11-28.
- ¹¹ C.f. C. Norberg-Schultz, *Genius Loci, Paesaggio Ambiente Architettura*, Milão, Electa, 1979.
- ¹² Chegados aqui importa recorrer de novo a Paul Ricoeur, quando este esclarece que o sentido freudiano e traumático «da perda identitária» também se pode sentir colectivamente e de forma muito forte: «[...] On peut parler, non seulement en un sens analogique mais dans les termes d'une analyse directe, de traumatismes collectifs, de blessures de la mémoire collective. La notion d'objet perdu trouve une application directe dans les «perdes» qui affectent aussi bien le pouvoir, le territoire, les populations qui constituent la substance d'un État». C.f. Paul Ricoeur, *ob. cit.*, (1998), p. 24.
- ¹³ Por exemplo por Maria José Abrunhosa que, em diversos artigos, questiona a política patrimonial em curso. Veja-se em: M. Abrunhosa, «Cuidado! Vem aí a valorização do património», *PÚBLICO*, 5 de Junho de 1994; «O estado das artes, reflexões heréticas», em *Praça Velha*, nº 2, Novembro, ed. Câmara Municipal da Guarda, Guarda, 1997. No sentido de sustentar uma discussão disciplinar sobre o tema, veja-se J. Aguiar, O medo, em *Jornal Arquitectos*, nº 136-137, Junho/Julho, AAP, Lisboa, 1994.
- ¹⁴ Ana Paula Amendoeira, *Monsaraz: Análise do processo de conservação e transformação urbana no século XX*, Universidade de Évora, Évora, 1998 (dissertação de mestrado apresentada na Universidade de Évora).
- ¹⁵ «A imagem do conjunto [de Monsaraz] é constantemente explorada até à exaustão por um público cada vez mais predador. O facto do conjunto ser classificado Monumento Nacional não dificulta em nada a utilização e a transformação da imagem para os vários cenários pretendidos. As teorias sobre conservação, que no século passado preconizavam o restauro estilístico, tiveram consequências muito significativas em Portugal e permanecem até hoje, se bem que de forma inconsciente e adulterada, na opinião pública, como paradigma dos valores atribuídos ao património. A evolução subsequente da disciplina não contribuiu muito para uma modificação na forma de olhar e valorizar o património em termos públicos». Ana Paula Amendoeira, *ob. cit.*, (1998), p. 123.
- ¹⁶ Veja-se a propósito o capítulo «La compétence d'édifier», em F. Choay, *L'allégorie du patrimoine*, Paris, Ed. du Seuil, 1992, pp. 187-197.
- ¹⁷ Promovido pela CEE, em 1990.
- ¹⁸ A transição para o planeamento destas preocupações surge, sobretudo, a partir de 1990 quando foi lançado o programa *Cidades Sustentáveis* no seguimento da redacção do documento *Environmental Guidelines for Settlements Planning and Management*, produzido pela UNEP/ UNCHS (Habitat) de 1990. Desde então procura-se articular o conceito ecológico de um desenvolvimento sustentável com a necessidade de uma política de promoção urbanística desenvolvida no mesmo sentido. O tema foi retomado na Campanha Europeia para *Cidades Sustentáveis*, apoiada pela CEE, através da DGXI, em 1994 e recebeu uma maior visibilidade com a aprovação e discussão da chamada *Carta de Aalborg: Carta da Sustentabilidade das Cidades Europeias*, aprovada pelos participantes na *Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis*, realizada em Aalborg, Dinamarca em 27 de Maio de 1994.
- ¹⁹ Em 52 cidades históricas francesas abrangidas pela Lei Malraux e restauradas em 1992, aproxima-

- damente 2/3 tinham conseguido estancar ou inverter as fortes perdas demográficas dos anos 60/70, em diversas destas cidades estabelecia-se uma ligação estreita entre o seu desenvolvimento económico e a existência de uma política de conservação urbana. Ver em: AA. VV. Notes techniques et éléments de bilan des secteurs sauvegardés, em *Les Secteurs Sauvegardés ont 30 ans, "Actualité de la loi Malraux pour les centres urbains"*, Colloque international, Dijon, MELTE, MC, ICOMOS-France, 1992, pp. 1-4.
- 20 B. Feilden; J. Jokilehto, *Management Guidelines for World Cultural Heritage Sites*, Roma, ICOMOS, 1993.
- 21 Nuno Portas, Pasado, Presente y Futuro de las Ciudades Patrimonio de la Humanidad, em *Urbanismo y Conservación de Ciudades Patrimonio de la Humanidad*, Cáceres, 1993, p.287.
- 22 Publicado na revista Lotus. Veja-se em B. Huet, La città come spazio abitabile. Alternative alla Carta di Atene, em *Lotus*, nº 41, 1984.
- 23 Ainda que, entre nós, esse confronto quase não tem expressão pública, o que se deve a uma tristíssima constatação: é que nós, infelizmente e salvo algumas notáveis excepções de gente formada no estrangeiro, quase não temos (os imprescindíveis) conservadores e restauradores actuando no património arquitectónico ou urbanístico e dignos de utilização desse título. Ao que sei, só recentemente surgiu uma primeira licenciatura nesse domínio, esperando que, como aconteceu no politécnico, a formação não se dirija quase exclusivamente para actuação no património móvel, escultórico e na pintura mural.
- 24 Tese defendida em P. Cervellati, *La città bella. Il recupero dell'ambiente urbano*, Il Molino, Bolonha, 1991.
- 25 A este propósito atente-se aos argumentos de Cervellati: «(...) non recuperare per il recupero! È forse preferibile un palazzo rudere, piuttosto che non un palazzo trasformato in un condominio. [...] Il palazzo non può essere trasformato in mini-appartamenti. Perché altrimenti si distrugge il palazzo» P. Cervellati, L'identità della città storica, em *Identità Urbana, Materiali per un dibattito*, Quaderni del Dipartimento Città Territorio, Roma, Gangemi Editore, 1995, pp. 60-61.
- 26 As base da teoria de Riegl estão publicadas em: Alois Riegl, *Le culte moderne des monuments, Son essence et sa genèse*, Éditions du Seuil, Paris, 1984.
- 27 Nesta temática consultem-se os trabalhos de J. Jokilehto, «Conservation Principles and their Theoretical Background», em *Durability of Building Materials*, Elsevier Science Publishers B.V., Amsterdão, 1988; ou ainda J. Jokilehto, *Questions about "authenticity"*, ASC-96 ICCROM/BDA, Viena, 1994.
- 28 «Ponto 13 Dependendo da natureza do património cultural e do seu contexto cultural, os julgamentos da autenticidade poderão estar ligados ao valor de uma grande variedade de fontes de informação. Aspectos destas fontes podem compreender concepção e forma, materiais e substância, uso e função, tradição e técnicas, situação e implantação, espírito e sentimento, e outros aspectos internos ou externos à obra. A utilização dessas fontes permite a determinação, sobre o plano artístico, histórico, social e científico, das dimensões específicas do objecto patrimonial em examinação». Uma primeira tradução deste documento foi desenvolvida por José Aguiar e Ana Paula Amendoaça, estando publicada no número da revista "Centros Históricos" de 1999. O original, redigido por Raymond Lemaire e Herb Stevel, está publicado nas Actas da Conferência de Nara. A.A.V.V., *Nara Conference on Authenticity, Japan 1994*, UNESCO/ICCROM/ICOMOS, Tapir Publishers, Trondheim, 1994, pp. xxi xxv. Também em: *Icomos Nouvelles*, nº, 1995. E ainda: ICCROM, Viewpoints: the debat on authenticity, *ICCROM Newsletter*, ICCROM,

- Roma, 1995.
- ²⁹ C. Brandi, *Teoria del Restauro*, Turim, Piccola Biblioteca Einaudi, 1963 (2ª ed. de 1977), p. 6.
- ³⁰ «Il restauro deve mirare al ristabilimento della unità potenziale dell'opera d'arte, purché ciò sia possibile senza commettere un falso artistico o un falso storico, e senza cancellare ogni traccia del passaggio dell'opera d'arte nel tempo». C.Brandi, *ob. cit.*, (1963), p.8.
- ³¹ Veja-se, por exemplo, a sua transplantação para as Guidelaines de intervenção na cidade histórica desenvolvidas por Fielden e Jokilehto: «Concerning the fabric of an historic area, one should carefully identify and define what should be conserved in order not to loose the authenticity. The historic value of towns or traditional settlements lies in their structures and fabric. Therefore conserving only fronts or elevations of historic buildings, and replacing the fabric with new constructions means a loss of authenticity and historical continuity. The aim should be conservative rehabilitation of the original fabric whenever possible». C.f. B. Feilden, J. Jokilehto, 1993B. Feilden; J. Jokilehto, *Management Guidelines for the World Cultural Heritage Sites*, Roma, ICCROM/UNESCO/ICOMOS, 1993.
- ³² E cita como exemplo a obra de Siza: «(...) a obra de Alvaro Siza é uma perfeita exemplificação de um procedimento projectual baseado no diálogo, ou melhor na capacidade de ouvir e interpretar com grande modéstia e com grande sensibilidade tudo aquilo que provém do contexto, que depois é restituído em projecto com soluções sugestivas que não hesitarei a definir como poéticas. Outros que teorizaram ao longo de décadas estes requisitos da projectação, sublinhando o seu carácter primordial – penso em Vittorio Gregotti ou em Giancarlo De Carlo – nas suas respostas projectuais específicas resultam pouco coerentes para com os pressupostos programáticos e muito menos convincentes que Siza». Veja-se em T., Cannarozzo, «Identità culturale e progetto di sviluppo», em *Identità Urbana, Materiali per un dibattito*, Quaderni del Dipartimento Città Territorio, Roma, Gangeni Editore, 1995, p. 154 (tradução livre).
- ³³ «(...) em vez de nos preocuparmos tanto com cada edifício que se toca ou cada quarteirão no centro de um bairro histórico, deixando tudo o restante sem fazer nada, seria talvez melhor ocuparmo-nos com os elementos que dão continuidade e qualidade e unidade à cidade, do centro histórico até ao bairro clandestino ... o espaço colectivo, o espaço público, que é o elemento que conecta cada bairro com os outros da mesma cidade, cada equipamento de lazer ou de cultura ou de comércio, com os outros de cultura e de comércio e de lazer (...)», em Nuno Portas, *ob. cit.* (1993), p.289 (tradução livre).
- ³⁴ Situação que também pode comportar alguns sérios riscos, como alerta Piergiorgio Bellagamba: «(...) oferecer um território a um amplo leque de projectos, sem individualizar claramente o valor estratégico e a prioridade de cada um destes, em relação com os objectivos fixados, pode ser muito arriscado. Se a relação com as estruturas de decisão não é estreita, é muito amplo o risco de que na distância de anos se realizem apenas as intervenções menos significativas em termos de conteúdo estratégico, mais apeteceíveis pela imagem que exprimem e o valor económico que manifestam», P. Bellagamba, *L'identità culturale e il riconoscimento dei valori urbani*, em *Identità Urbana, Materiali per un dibattito*, Quaderni del Dipartimento Città Territorio, Roma, Gangeni Editore, 1995, p. 140 (tradução livre).
- ³⁵ A regulamentação da lei quadro do património (Lei 13/85), obrigando ao desenvolvimento de planos de pormenor de salvaguarda sobre edifícios ou conjuntos classificados, nunca foi regulamentada nem comprida pelo Governo.
- ³⁶ As bases da teoria da integração dos "Centros Históricos" num planeamento "Moderno" polinuclear assim como a definição dessas condições básicas encontra-se em G. Giovannoni, *Città vecchia ed*

edilizia nuova, Turim, Unione Tipografico-editrice, 1931.

- ³⁷ Nomeadamente no seu Anexo D *Instruções para a tutela dos centros históricos*. Uma tradução integral, em língua espanhola, está disponível em M. Justicia, *Antología de textos sobre restauración*, Jaén, ed. Universidade de Jaén, 1996, pp. 169-194. O original, em Italiano, encontra-se em diversas publicações como, por exemplo, em: Carta del Restauro 1972, *Apêndice ao Bolletino d'Arte*, nº 2, Abril-Junho, Libreria dello Stato, Roma, 1972. Também em Cesare Brandi, *ob. cit.*, pp. 151-154.
- ³⁸ Uma primeira definição teórica do termo foi teorizada em J. Richards, *Facadism*, Routledge, Londres, 1994. Mais recentemente procurou-se aperfeiçoar o enquadramento conceptual desta questão, através de uma reunião de especialistas em conservação urbana promovida pelo ICOMOS com o objectivo de definir o conceito de fachadismo e avaliar as suas consequências nos diversos países Europeus. Ver em AA VV., *Le Façadisme dans les Capitales Europeennes*, Fundação do Rei Baudouin, 19 e 20 de Março, Bruxelas, ICOMOS, 1998.
- ³⁹ Para o ICOMOS, as alterações funcionais (a transferência de habitação para serviços, por exemplo) e de significado (perda da autenticidade patrimonial) provocadas por um fachadismo essencialmente especulador e culturalmente acrítico, parecem constituir hoje uma das mais sérias ameaças, ou condicionantes, à efectiva conservação do património urbano Europeu. Pelo que organizou duas importantes iniciativas, a primeira numa reunião de peritos (Bruxelas, Março de 1998) e, mais recentemente, um grande encontro (Paris, Janeiro de 1999), debatendo teoricamente o problema no sentido de informar a produção de alguma doutrina internacional para poder lidar, conceptualmente, com este fenómeno generalizado.
- ⁴⁰ F. Choay, *ob. cit.*, 1994
- ⁴¹ Paul Philippot, «Historic Preservation: Philosophy, Criteria, Guidelines», em *Proceedings of the Northamerican Int. Regional Conference*, Pennsylvania, 1972, p.371.